

# • Política

21 OUT 1987

CONSTITUINTE

ave

GAZETA MERCANTIL

## Mantida proibição de partidos regionais

por Andrew Greenlees  
de Brasília

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou ontem por setenta votos a dezessete a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos no País, determinando também a completa autonomia das agremiações para se estruturarem internamente, sem o controle da atual Lei Orgânica dos Partidos.

Ficou definido ainda que os partidos deverão "resguardar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana". A maior polêmica, no entanto, envolveu a exigência do caráter nacional da agremiação (vedando a possibilidade de siglas regionais) e a proibição do uso de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros ou da subordinação a esses. A comissão manteve esses requisitos.

Para o relator Bernardo Cabral, admitir os partidos regionais seria o mesmo que retornar à chamada velhíssima República, época da "política dos governadores" e dos partidos estaduais, como o Partido Republicano Paulista ou o Partido Libertador do Rio Grande do Sul.

O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), por sua vez, argumentou que em diversos países democráticos o caráter nacional não é necessário e citou o exemplo da Espanha, que chegou a ter, segundo lhe informou o ex-"premier" Adolpho Suarez, 198 siglas, nacionais e regionais. "Todas funcionando rotineiramente", assinalou Pimenta da Veiga.

A votação foi confusa. A liberdade de formação partidária constava de uma emenda do senador José Richa.

Aprovada graças a um acordo de lideranças, o presidente da sessão, senador Fernando Henrique Cardoso, considerou desne-

## STF mantém poder

por Andrew Greenlees  
de Brasília

Mais um dos pontos polêmicos foi votado ontem na Comissão de Sistematização. Por 61 a 30, os parlamentares rejeitaram a criação de um tribunal constitucional, proposta do deputado Lysâneas Maciel, do PDT. O órgão seria responsável pela apreciação e julgamento de ações de inconstitucionalidade. Na estrutura atual do Poder Judiciário, cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF), entre outras atribuições, julgar casos de inconstitucionalidade.

Os partidos de esquerda foram pegos de surpresa na votação desse tema, pois so-

mente esperavam discuti-lo mais adiante, no capítulo referente ao Judiciário. Lysâneas Maciel, no entanto, manteve seu pedido de votação para incluir o dispositivo no título dos direitos e liberdades fundamentais. Desarticulados, os progressistas acabaram perdendo e, entre eles, surgiu a preocupação de que a matéria poderá não voltar à discussão, por já ter sido votada ontem.

No projeto do relator Bernardo Cabral, o STF assume a função de tribunal constitucional, enquanto cria o Superior Tribunal de Justiça para decidir sobre as questões restantes.

cessário votar os demais itens — inclusive a do caráter nacional e das verbas estrangeiras —, já que o tema estava definido. Houve protestos por parte do próprio Richa e dos deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, além do relator Bernardo Cabral. Fernando Henrique consultou as lideranças partidárias e, com exceção do PT (que alegou não haver norma regimental própria), obteve apoio para manter as duas proposições.

### PROPOSTA

A comissão completou ontem a análise do título II (Direitos e Liberdades Fundamentais) e entra hoje no seguinte, da Organização do Estado. A preocupação com os prazos permanece. O deputado José Serra (PMDB-SP) informou que apresentará proposta no sentido de que se abra a possibilidade de apresentar novas emendas ao plenário da Constituinte, desde que se eliminem as cerca de 30 mil que se acumularam nas fases anteriores.

Com emendas mais específicas, a última etapa, na opinião do deputado, correria mais rapidamente.

## O lobby dos prefeitos

por Riomar Trindade  
do Rio

Os prefeitos das capitais, liderados pelo pernambucano Jarbas Vasconcellos (PMDB) e pelo carioca Saturnino Braga (PSB) desembarcam hoje, em Brasília, para pressionar os constituintes em defesa da proposta de reforma tributária contida no relatório do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte. O "lobby" dos prefeitos é pela manutenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) no âmbito dos municípios, como prevê o relatório Cabral, e visa a contrabalancar a pressão dos governadores que pregam a incorporação desse tributo ao ICM.

Saturnino informou ontem que os prefeitos das capitais manterão reuniões, hoje, com os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e José Serra (PMDB-SP), para tentar convencê-los da necessidade de incluir na listagem do ISS os serviços bancários, de telecomunicações e portuários.